

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
PODER EXECUTIVO

MENSAGEM DE LEI COMPLEMENTAR Nº 727/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Vereadores,

Encaminhamos à apreciação desta Egrégia Casa de Leis o presente **Projeto de Lei** Complementar, que "Altera a Lei Complementar nº 003/2016, acrescendo e extinguindo cargos, e dá outras providências."

A presente proposição visa promover a necessária adequação da estrutura administrativa do Município, considerando as demandas atuais da gestão pública e a constante evolução dos serviços prestados à população.

Com isso, propomos alterações na Lei Complementar nº 003/2016, mediante a criação e extinção de cargos, de forma a garantir maior eficiência, racionalização dos recursos e adequação funcional às necessidades reais da Administração.

Diante do exposto, e reconhecendo a importância da matéria para a modernização e melhoria da gestão municipal, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Antecipadamente, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Gabinete do Prefeito do Município de Buritis – RO, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

VALTAIR FRITZ DOS REIS

Prefeito do Município

DIA 12 1 05 125 HORA: 13:30



PROJETO DE LEI Nº OO 8/2025.

"Altera a Lei Complementar nº 003/2016 acrescendo cargos e extinguindo cargos e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BURITIS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Buritis, Estado de Rondônia, aprovou e Eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam criados e acrescidos, nos artigos 4º e 5º da Lei Complementar nº 003/2016, os cargos de Assessor Jurídico Especial do Gabinete do Prefeito, Diretor de Proteção de Dados (Data Protection Officer) e Coordenador de Proteção e Defesa Civil.

Fica, ainda, alterado o valor e redefinidas as atribuições do cargo de Assessor Executivo para Assuntos Legislativos, conforme tabela, atribuições e requisitos descritos abaixo:

Cargo	Vaga	Valor R\$	F.G	C/C
Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito	01	10.000,00	X	X
Diretor De Proteção De Dados (Data Protection Officer)	01	5.000,00	X	X
Coordenador de Proteção e Defesa Civil	01	Cargo disponibilizado para a função com remuneração do cargo efetivo	-	-
Assessor Executivo para Assuntos Legislativos "Cargo já existente nas Lei 003/2016"	01	3.500,00	-	X



ASSESSOR JURÍDICO DO GABINETE DO PREFEITO

Requisito: Nível Superior em Direito e registro na OAB.

ATRIBUIÇÕES:

- I Prestar assistência jurídica às questões de Direito Administrativo e demais assuntos no âmbito administrativo;
- II Realizar análise dos documentos submetidos ao Gabinete do Prefeito, emitindo parecer quando necessário ou solicitado;
- III Analisar documentos e processos submetidos pelo Prefeito ou Coordenador de Governança, emitindo parecer quando solicitado;
- IV Examinar previamente contratos e convênios em que o Município seja parte, a pedido do Prefeito;
- V Elaborar minutas de atos normativos e pareceres sobre projetos de lei de iniciativa do Executivo, quando solicitado, em consonância com o Procurador Geral;
- VI Elaborar minutas de contratos, anteprojetos de lei e demais documentos legais, quando solicitado, em consonância com o Procurador Geral;
- VII Elaborar pareceres sobre assuntos legais e administrativos de interesse do Gabinete do Prefeito;
- VIII Acompanhar os processos de segundo grau; IX Representar o Prefeito em pautas específicas, conforme designação;
- X Acompanhar os procedimentos do Controle Interno nas prestações de contas, bem como no cumprimento de ressalvas, por meio de processos específicos;
- XI Acompanhar as questões jurídicas conforme solicitação do Prefeito e do Procurador Geral;
- XII Executar outras atribuições inerentes ao cargo ou delegadas pelo Prefeito.

DIRETOR DE PROTEÇÃO DE DADOS

Requisitos: Formação superior em direito ou Sistema da informação.

ATRIBUIÇÕES:

- I Coordenar e monitorar a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral;
- II Implementar e gerenciar o sistema de transparência passiva, propondo ao Executivo Municipal a nomeação da Comissão de Gestão de Documentos (CGD), com um membro por secretaria;



- III Implementar políticas para assegurar a conformidade com a LGPD, orientando sobre tratamento de dados e comunicando incidentes de segurança;
- IV Desenvolver políticas de privacidade e proteção de dados conforme a LGPD;
- V Promover campanhas educativas e treinamentos sobre transparência e proteção de dados;
- VI Realizar campanhas de conscientização sobre o direito de acesso à informação;
- VII Orientar servidores e contratados quanto à proteção de dados;
- VIII Avaliar e monitorar a implementação das políticas de proteção de dados;
- IX Gerenciar e responder a incidentes de segurança relacionados a dados pessoais;
- X Avaliar riscos e implementar políticas deliberadas pelo Comitê de Proteção de Dados ou órgãos de controle;
- XI Auxiliar a Comissão na revisão de práticas de proteção de dados;
- XII Realizar avaliações periódicas de risco;
- XIII Auxiliar a Controladoria no monitoramento dos sistemas de informação;
- XIV Implementar políticas de gestão de documentos e classificação de sigilo;
- XV Executar outras atividades compatíveis com a função;
- XVI Orientar a organização quanto às boas práticas de proteção de dados pessoais.

COORDENADOR DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL:

Requisito: Servidor Público Efetivo

ATRIBUIÇÕES:

- I Executar a PNPDEC (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil) em âmbito local;
- II Coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
- III Incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- IV Identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- V Promover a fiscalização das áreas de risco e vedar novas ocupações;



- VI Realizar, com União e Estados, o monitoramento de áreas de risco alto/muito alto;
- VII Produzir alertas antecipados de desastres e orientar a população;
- VIII Declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- IX Vistoriar edificações e áreas de risco e intervir preventivamente;
- X Organizar e administrar abrigos provisórios em situações de desastre;
- XI Informar a população sobre áreas de risco e ações emergenciais;
- XII Mobilizar e capacitar radioamadores para atuação em desastres;
- XIII Realizar exercícios simulados conforme Plano de Contingência;
- XIV Promover coleta, distribuição e controle de suprimentos em desastres;
- XV Avaliar danos e prejuízos nas áreas atingidas;
- XVI Informar União e Estado sobre ocorrências e ações locais;
- XVII Estimular participação da sociedade civil organizada nas ações;
- XVIII Prover moradia temporária às famílias atingidas por desastres;
- XIX Desenvolver cultura de prevenção de desastres;
- XX Estimular comportamentos preventivos;
- XXI Apoiar a reestruturação econômica de áreas atingidas;
- XXII Estabelecer medidas preventivas em escolas e hospitais;
- XXIII Oferecer capacitação para ações de proteção e defesa civil;
- XXIV Fornecer dados para o sistema nacional de monitoramento;
- XXV Prestar assistência à saúde física e mental das pessoas atingidas;
- XXVI Executar outras atribuições estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais.





ASSESSOR EXECUTIVO PARA ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

Requisito: Ensino Médio Completo

ATRIBUIÇÕES:

- I Assessorar em assuntos e processos administrativos;
- II Receber os autógrafos da Câmara Municipal;
- III Promover, junto ao Procurador Geral e ao Gabinete, a tramitação dos projetos de lei e das leis até sua publicação;
- IV Realizar a tramitação e recebimento de projetos e leis;
- V Auxiliar nas atividades administrativas do Gabinete e da Procuradoria Geral do Município;
- VI Executar outras atribuições determinadas pelo Coordenador de Governança.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Buritis – RO, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

VALTAIR FRITZ DOS REIS

Prefeito do Município